

Endereço

ado a: Wendel Nunes Gonçalves Encarregado Comercial Administrativo - SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, Endereço Rua Espírito Santo, Gleba 1, numero 97, Barra Velha ,Cep 11630-000_Ilhabela/SP.; com cópia a todos os funcionários da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo CNPJ:43.776.517/0001/80 e; aos funcionários da empresa POLÊMICA SERVIÇOS BÁSICOS LTDA.(Telefone: 12 97405-2302)

Objeto: Notificação-Ação particular e exclusiva entre os interessados e o mencionado nesta ação para inscrição Wendel Nunes Gonçalves Encarregado Comercial Administrativo - SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, Endereço Rua Espírito Santo, Gleba 1, numero 97, Barra Velha ,Cep 11630-000_Ilhabela/SP.; com cópia a todos os funcionários da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo CNPJ:43.776.517/0001/80 e; aos funcionários da empresa POLÊMICA SERVIÇOS BÁSICOS LTDA.(Telefone: 12 97405-2302) sobre a aplicação das medidas referentes ao extrato para pagamento sob coação de suspensão do fornecimento de água. Extrato de Fatura Mod. D, N° 9102074186020 Fornecimento: 463800273002 Cód. Cliente 2159186744 Mês de Ref: 04/2022.

O extrato para pagamento sob coação de danos, com suspensão do fornecimento de água por falta de pagamento - Extrato de Fatura Mod. D N° 9102074186020 Fornecimento: 463800273002 Cód. Cliente 2159186744 Mês de Ref: 04/2022.- ; foi deixado no portão, dentro da caixa de correio da propriedade, e encontrado por acaso no dia 16 de maio de 2022 às 15h. por Eliane Del Arco Pereira da Silva BC/21809132 proprietária e moradora no local, endereço na Rua dos Carijós , n° 720, CEP 11630-000, Ilhabela-SP, *Esta propriedade, onde Eliane Del Arco Pereira da Silva mora atualmente,- imóvel 030107200010-, está declarada no Livro de Atas da Sala de Declaração da Common Law Court Internacional com a ref:0 TD/22/814020(Veja anexo extrato da Declaração de propriedade).Portanto, não pertencem, a esta jurisdição, Eliane Del Arco Pereira da Silva e sua propriedade "estão protegidos sob o teto da Common Law Court Internacional" ; Lei Natural; Lei da Terra.*

Considerando que existe uma hierarquia de leis em que se estabelece que uma lei de grau inferior jamais poderá contradizer outra de grau superior, de acordo com o artigo 1º do Código Civil, pois seriam feitas em fraude à lei, sendo a responsável aquele que executa a referida lei mesmo desconhecendo esta lei ou regulamento. Considerando que a lei natural está acima das leis e regulamentos de qualquer país, acima da declaração de direitos humanos, acima da Constituição brasileira, suas leis orgânicas, seus decretos BOE ou seus regulamentos regionais Considerando que o ser humano precisa de água para viver, e mais ainda as plantas, e os animais, é fundamental não só para a atividade física, e higiene dos seres vivos, como também do ambiente - segundo a OMS, "um ambiente poluído é mortal. Principalmente para crianças pequenas, pois seus órgãos e sistemas imunológicos são especialmente vulneráveis ao ar e água sujos" Inclusive a falta de fornecimento e abastecimento de água, não só afeta a saúde do homo vivo Eliane Del Arco Pereira da Silva, e de seu clã, (uma criança de 3 anos) e suap propriedade declarada sob a proteção do Teto da Common Law Court Internacional(onde, inclui o jardim da casa, sua horta e; os seus animais domésticos); como também afetará a produtividade de sua renda(Em 2014, o Instituto Trata Brasil realizou um estudo em parceria com o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável CEBDS denominado "Benefícios Econômicos da

Expansão do Saneamento Brasileiro". Os resultados apontam perda de produtividade e renda devido à falta de saneamento básico.)

Considerando que a falta de água tem um impacto gigante na vida das pessoas, afetando sua saúde e seu desenvolvimento. Em 2010 a Organizações das Nações Unidas (ONU), reconheceu o direito à água limpa e segura como um direito humano essencial para se gozar plenamente da vida e de todos os demais direitos. **Sabemos que os Direitos Humanos são direitos inerentes a todos nós independente de toda e qualquer diferença que nos marque. O direito à vida, à liberdade e à segurança são alguns direitos adotados pela ONU e seus Estados membros em 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos:**

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM DAS NAÇÕES UNIDAS **(De 1 a 30):**

- 1. Todos Nascemos Livres e Iguais. Nascemos todos livres. Todos temos os nossos pensamentos e ideias. Deveríamos ser todos tratados da mesma maneira.**
- 2. Não Discrimine. Estes direitos são de todos, independentemente das nossas diferenças.**

Não são aceitas visitas domiciliares. Chamadas telefônicas não são aceitas. AVISO ao AGENTE é AVISO ao PRINCIPAL. AVISO ao PRINCIPAL é AVISO ao AGENTE. Chamadas telefônicas não são aceitas. Notícias para o agente são notícias para o principal, notícias para o principal são notícias para o agente. A ignorância na lei real, a lei universal não é uma desculpa. Servido via e-mail do local internacional 1-204.

Ilhabela-SP de de 2022

Eliane Del Arco Pereira da Silva.Todos os direitos reservados sem prejuízo UCC 1-308 – UCC 1-103



3. **O Direito à Vida.** Todos temos o direito à vida, e a viver em liberdade e segurança.
4. **Nenhuma Escravatura.** Ninguém tem o direito de nos escravizar. Não podemos fazer de ninguém nosso escravo.
5. **Nenhuma Tortura.** Ninguém tem o direito de nos magoar ou de nos torturar.
6. **Você Tem Direitos Onde Quer que Vá.** Eu sou uma pessoa igual a si!
7. **Somos Todos Iguais Perante a Lei.** A lei é igual para todos. Deve tratar-nos com justiça.
8. **Os Direitos Humanos são Protegidos por Lei.** Todos podemos pedir ajuda da lei quando formos tratados com injustiça.
9. **Nenhuma Detenção Injusta.** Ninguém tem o direito de nos prender sem uma razão válida, de nos manter lá, ou de nos mandar embora do nosso país.
10. **O Direito a Julgamento.** Se formos julgados, o julgamento deve ser público. A pessoa que nos julga não deve ser influenciada por outras pessoas.
11. **Estamos Sempre Inocentes até Prova em Contrário.** Ninguém deveria ser acusado por fazer algo até que esteja provado. Quando as pessoas dizem que fizemos uma coisa errada temos o direito de provar que não é verdade.
12. **O Direito à Privacidade.** Ninguém deveria tentar ferir o nosso bom nome. Ninguém tem o direito de entrar na nossa casa, abrir as nossas cartas ou incomodar-nos ou à nossa família sem uma boa razão.
13. **Liberdade para Locomover** Todos temos o direito de ir aonde quisermos dentro do nosso próprio país e de viajar para onde quisermos.
14. **O Direito de Procurar um Lugar Seguro para Viver.** Se tivermos medo de ser maltratados no nosso país, temos o direito de fugir para outro país para estarmos seguros.
15. **Direito a uma Nacionalidade.** Todos temos o direito de pertencer a um país.
16. **Casamento e Família.** Todos os adultos têm o direito a casar e a terem uma família se quiserem. Os homens e as mulheres têm os mesmos direitos quando estão casados ou separados.
17. **O Direito às Suas Próprias Coisas.** Todos temos o direito a termos as nossas próprias coisas ou de as partilhar. Ninguém nos deveria tirar as nossas coisas sem uma boa razão.
18. **Liberdade de Pensamento.** Todos temos o direito de acreditar naquilo que queremos, a ter uma religião ou a mudar de religião se quisermos.
19. **Liberdade de Expressão.** Todos temos o direito de decidir por nós mesmos, de pensarmos o que quisermos, de dizer o que pensamos, e de partilhar as nossas ideias com outras pessoas.
20. **O Direito de se Reunir Publicamente.** Todos temos o direito de nos reunir com os nossos amigos e trabalhar em conjunto em paz para defender os nossos direitos. Ninguém nos pode forçar a juntar-mo-nos a um grupo se não o quisermos fazer.
21. **O Direito à Democracia.** Todos temos o direito de participar no governo do nosso país. Todos os adultos devem ter o direito de escolher os seus próprios líderes.
22. **Segurança Social.** Todos temos o direito a uma casa, medicamentos, educação, a dinheiro suficiente para viver e a assistência médica se estivermos velhos ou doentes.
23. **Direitos do Trabalhador.** Todos os adultos têm o direito a um emprego, a um salário justo pelo seu trabalho e a inscrever-se num sindicato.
24. **O Direito à Diversão.** Todos temos o direito a descansar do trabalho e a relaxar.
25. **Comida e Abrigo para Todos.** Todos temos o direito a ter uma boa vida. As mães, as crianças, os idosos, os desempregados ou os deficientes e todas as pessoas têm o direito a receber cuidados.
26. **O Direito à Educação.** A educação é um direito. A escola primária deveria ser gratuita. Devemos aprender coisas sobre as Nações Unidas e a conviver com os outros. Os nossos pais podem escolher o que devemos aprender.
27. **Direitos de Autor.** Os direitos de autor é uma lei especial que protege as criações artísticas e a escrita; os outros não podem fazer cópias sem autorização. Todos temos o direito à nossa forma de vida e a gozar as coisas boas que a arte, a ciência e o conhecimento trazem.
28. **Um Mundo Justo e Livre.** Deve existir ordem para que todos possamos gozar os direitos e as liberdades no nosso país e em todo o mundo.
29. **Responsabilidade.** Temos o dever para com as outras pessoas e devemos proteger os seus direitos e liberdades.
30. **Ninguém Pode Tirar-lhe os seus Direitos Humanos.**
Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada de maneira a envolver para qualquer Estado, agrupamento ou indivíduo o direito de se entregar a alguma actividade ou de praticar algum acto destinado a destruir os direitos e liberdades aqui enunciados.

Não são aceites visitas domiciliares. Chamadas telefónicas não são aceites. AVISO ao AGENTE é AVISO ao PRINCIPAL. AVISO ao PRINCIPAL é AVISO ao AGENTE. Chamadas telefónicas não são aceites. Notícias para o agente são notícias para o principal, notícias para o principal são notícias para o agente. A ignorância na lei real, a lei universal não é uma desculpa. Servido via e-mail do local internacional 1-204.

Ilhabela-SP de de 2022

Eliane Del Arco Pereira da Silva. Todos os direitos reservados sem prejuízo UCC 1-308 – UCC 1-103



O conjunto dos direitos humanos fundamentais, de acordo com o citado autor, visa tutelar o respeito ao seu direito à vida, à liberdade, à igualdade, à dignidade, ao pleno desenvolvimento da sua personalidade, todos esses conceitos em acepções amplas, e esta proteção deve ser positivamente reconhecida pelos ordenamentos jurídicos nacionais e internacionais..

Segundo Alexandre de Moraes, **os direitos fundamentais** apresentam as seguintes características: a) são naturais, pois os direitos declarados derivam da natureza humana. A declaração presume uma preexistência; b) são abstratos, são vinculados à natureza, e, portanto, necessariamente abstratos, são do ser humano e não apenas dos brasileiros, por exemplo; c) são imprescritíveis, ***não se perdem com o passar do tempo, pois se prendem à natureza imutável do ser humano. São, portanto, permanentes;*** d) ***são inalienáveis, já que ninguém pode abrir mão da própria natureza. Os direitos fundamentais não podem ser transferidos de uma pessoa, nem de forma gratuita e nem mediante pagamento;*** e) ***são individuais, porque cada ser humano é ente perfeito e completo, mesmo se considerado isoladamente, independentemente da comunidade;*** f) ***são irrenunciáveis,*** porque *não se pode exigir de ninguém que renuncie à vida (eutanásia) à liberdade em favor de outra pessoa (prender um em lugar de outro);* g) ***são universais,*** pertencem a todos os indivíduos, em consequência estendem-se por todo o campo aberto ao ser humano, potencialmente o universo; h) ***são invioláveis,*** eis que nenhuma lei infraconstitucional ou autoridade pode desrespeitar os direitos fundamentais de outrem, sob pena de responsabilização civil, administrativa e criminal; i) ***são efetivos,*** já que o poder público deve atuar de modo a garantir sua efetivação, usando inclusive mecanismos coercitivos quando necessário. *Esses direitos não se satisfazem com o simples reconhecimento abstrato;* j) ***são interdependentes,*** tendo em vista que as previsões constitucionais e infraconstitucionais não possa se chocar com os direitos fundamentais; e j) ***são complementares, pois os direitos humanos fundamentais não devem ser interpretados isoladamente, mas sim de forma conjunta, com a finalidade da sua plena realização.*** (MORAES, Alexandre de. 1998. Op. cit., p. 44 e s)

.O uso injustificado ou abusivo dos poderes reconhecidos na referida lei orgânica produzirá responsabilidade criminal, como violação dos direitos e liberdades reconhecidos por lei. Artigo 1º do Código Civil

Não são aceitas visitas domiciliares. Chamadas telefônicas não são aceitas. AVISO ao AGENTE é AVISO ao PRINCIPAL. AVISO ao PRINCIPAL é AVISO ao AGENTE. Chamadas telefônicas não são aceitas. Notícias para o agente são notícias para o principal, notícias para o principal são notícias para o agente. A ignorância na lei real, a lei universal não é uma desculpa. Servido via e-mail do local internacional 1-204.

Ilhabela-SP de de 2022
Eliane Del Arco Pereira da Silva. Todos os direitos reservados sem prejuízo UCC 1-308 – UCC 1-103



II – ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

V – é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem

X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação

XI – a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

XII – é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;

XV – é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

XX – ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;

XLI – a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais

LIV – ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

LXVIII – conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

LXXIII – qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

LXXIV – o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

LXXIX – é assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

Inciso LXXIX acrescido pelo art. 1º da EC nº 115/2022.

§ 1º As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

§ 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

Parágrafo 3º acrescido pelo art. 1º da EC nº 45/2004.

§ 4º O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.

Considerando que de lá pra cá houveram diversas inclusões a nessa lista de direitos. Aos direitos relacionados a vida e as liberdades humanas foram incorporados aqueles ligados ao bem-estar dos seres humanos, e em 2018 a PEC, inclui na Constituição Federal, o acesso à água potável entre os direitos fundamentais: **LEGISLAÇÃO CITADA :Constituição de 1988 - 1988/88**

Não são aceitas visitas domiciliares. Chamadas telefônicas não são aceitas. AVISO ao AGENTE é AVISO ao PRINCIPAL. AVISO ao PRINCIPAL é AVISO ao AGENTE. Chamadas telefônicas não são aceitas. Notícias para o agente são notícias para o principal, notícias para o principal são notícias para o agente. A ignorância na lei real, a lei universal não é uma desculpa. Servido via e-mail do local internacional 1-204.

Ilhabela-SP de de 2022

Eliane Del Arco Pereira da Silva.Todos os direitos reservados sem prejuízo UCC 1-308 – UCC 1-103



<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

artigo 5º parágrafo 3º do artigo 60

Art. 1º O art. 5º da Constituição Federal passa a vigorar

acrescido do seguinte inciso LXXIX:

"Art. 5º:

LXXIX – é garantido a todos o acesso à água potável em

quantidade adequada para possibilitar meios de vida, bem-estar e

desenvolvimento socioeconômico.

"(NR)

Art. 2º Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de

sua publicação: Parágrafo 2

"Apesar de ser elemento indispensável à garantia do direito à

vida, o acesso à água potável não é ainda reconhecido intrinsecamente como um direito fundamental. Ao contrário, a água é considerada, muitas vezes,

apenas como recurso e como bem econômico, o que exclui parcelas

vulneráveis da sociedade da possibilidade de ter acesso ao precioso líquido em quantidade e qualidade que permitam uma vida digna.";

6º parágrafo:

"Essa alteração na Constituição dotará os aplicadores do direito de

ferramentas adequadas para garantir que o interesse econômico-mercantil que atualmente desponta com vigor em torno do tema, não se sobreponha ao direito humano de se obter água potável para viver dignamente."

Considerando que as regulamentações regionais não podem regular direitos e liberdades, atente-se ao que consta no Parágrafo 2º Art. 2º desta Emenda, sobre o interesse econômico-mercantil não se sobrepor ao direito humano de se obter água para viver dignamente."

Considerando A IMPORTÂNCIA DO RECONHECIMENTO DO DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO À ÁGUA POTÁVEL DIANTE DO AVANÇO DA PRIVATIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO: A dignidade da pessoa humana, na acepção de Alexandre de Moraes, configura-se em "valor espiritual e moral inerente à pessoa, que se manifesta singularmente na autodeterminação consciente e responsável da própria vida", concluindo que ela traz consigo a pretensão do respeito perante os demais, assegurando um mínimo inviolável que as leis devem garantir (MORAES, 2011). A gama dos direitos fundamentais na Constituição brasileira é bem mais ampla do que o direito à vida, estando previstos estes desde o artigo 5º até o 17º da Carta, porém é através do direito à vida e sua relação íntima com o princípio da dignidade da pessoa humana, junto ao estudo de um Direito Ambiental Constitucional, que se pretende caminhar até a concepção do direito fundamental de acesso à água.

Não são aceitas visitas domiciliares. Chamadas telefônicas não são aceitas. AVISO ao AGENTE é AVISO ao PRINCIPAL. AVISO ao PRINCIPAL é AVISO ao AGENTE. Chamadas telefônicas não são aceitas. Notícias para o agente são notícias para o principal, notícias para o principal são notícias para o agente. A ignorância na lei real, a lei universal não é uma desculpa. Servido via e-mail do local internacional 1-204.

Ilhabela-SP de de 2022

Eliane Del Arco Pereira da Silva. Todos os direitos reservados sem prejuízo UCC 1-308 – UCC 1-103



Considerando o Direito fundamental à água/O **direito fundamental de acesso à água em quantidade e qualidade suficientes para a garantia de um padrão digno de vida ainda vem sendo incorporado aos poucos** nos tratados e convenções em âmbito internacional, pois as garantias de acesso à água surgiam nesses documentos como garantia a determinados grupos de pessoas, a exemplo das convenções de Genebra sobre Tratamento de Prisioneiros de Guerra, as quais previam a distribuição de água para consumo e higiene pessoal dos presos, não sendo tratada a questão como garantia erga omnes. Em vários pactos internacionais percebe-se, de forma implícita, o direito à água, como no Protocolo sobre Água e Saúde, de 1999, ao estabelecer que os Estados-partes devem fornecer acesso equitativo à água às suas populações; a **Resolução 54/175 da Assembleia Geral da ONU, de 15/02/2000, que reconheceu o direito ao desenvolvimento como direito humano, e determina que para a plena realização do direito ao desenvolvimento os direitos à comida e à água devem ser assegurados.**

.Considerando o Parágrafo 3º acrescido pelo art. 1º da EC nº 45/2004.:

_§ 4º O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.

Parágrafo 4º acrescido pelo art. 1º da EC nº 45/2004

Art. 6º. Verificado qualquer crime contra a economia popular ou contra a saúde pública (Capítulo III do Título VIII do Código Penal) e atendendo à gravidade do fato, sua repercussão e efeitos, o juiz, na sentença, declarará a interdição de direito, determinada no art. 69, IV, do Código Penal, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, assim como, mediante representação da autoridade policial, poderá decretar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, a suspensão provisória, pelo prazo de 15 (quinze) dias, do exercício da profissão ou atividade do infrator._Lei/Del2848.

E atendendo à gravidade do fato, sua repercussão e efeitos, o juiz, na sentença, declarará a interdição de direito, determinada no art. 69, IV, do Código Penal, Decreto-Lei/Del2848.htm#art69iv de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, assim como, mediante representação da autoridade policial, poderá decretar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, a suspensão provisória, pelo prazo de 15 (quinze) dias, do exercício da profissão ou atividade do infrator.

Decreto-Lei/Del2848.htm#parteespecialtAtentado contra a segurança de serviço de utilidade pública

Art. 265 - Atentar contra a segurança ou o funcionamento de serviço de água, luz, força ou calor, ou qualquer outro de utilidade pública:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa.

Parágrafo único - Aumentar-se-á a pena de 1/3 (um terço) até a metade, se o dano ocorrer em virtude de subtração de material essencial ao funcionamento dos serviços. (Incluído pela Lei nº 5.346, de 3.11.1967)

LEIS/1950-1969/L 5346.265p

Interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública (Redação dada pela Lei nº 12.737, de 2012) Vigência

Não são aceitas visitas domiciliares. Chamadas telefônicas não são aceitas. AVISO ao AGENTE é AVISO ao PRINCIPAL. AVISO ao PRINCIPAL é AVISO ao AGENTE. Chamadas telefônicas não são aceitas. Notícias para o agente são notícias para o principal, notícias para o principal são notícias para o agente. A ignorância na lei real, a lei universal não é uma desculpa. Servido via e-mail do local internacional 1-204.

Ilhabela-SP de de 2022

Eliane Del Arco Pereira da Silva.Todos os direitos reservados sem prejuízo UCC 1-308 – UCC 1-103



_Ato2011-2014/2012/Lei/L 12737

Art. 266 - Interromper ou perturbar serviço telegráfico, radiotelegráfico ou telefônico, impedir ou dificultar-lhe o restabelecimento:

Pena - detenção, de um a três anos, e multa.

Parágrafo único - Aplicam-se as penas em dobro, se o crime é cometido por ocasião de calamidade pública.

§ 1º Incorre na mesma pena quem interrompe serviço telemático ou de informação de utilidade pública, ou impede ou dificulta-lhe o restabelecimento. (Incluído pela Lei nº 12.737, de 2012) Vigência

_Ato2011-2014/2012/Lei/L 12737.htm#art3

§ 2º Aplicam-se as penas em dobro se o crime é cometido por ocasião de calamidade pública. (Incluído pela Lei nº 12.737, de 2012) .

Decreto/d24643 compilado

TÍTULO II

Aproveitamento das águas públicas

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

§ 2º O uso comum das águas pode ser gratuito ou retribuído, conforme as leis e regulamentos da circunscrição administrativa a que pertencerem.

CAPÍTULO III

DOS CRIMES CONTRA A SAÚDE PÚBLICA

Epidemia

Art. 267 - Causar epidemia, mediante a propagação de germes patogênicos:

Pena - reclusão, de cinco a quinze anos. (Redação dada pela Lei nº 8.072, de 25.7.1990)

§ 1º - Se do fato resulta morte, a pena é aplicada em dobro.

Outras Considerações :

1. (Art. 3º Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.)

2. Da Política Nacional de Relações de Consumo CAPÍTULO II :

_Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus

Não são aceitas visitas domiciliares. Chamadas telefônicas não são aceitas. AVISO ao AGENTE é AVISO ao PRINCIPAL. AVISO ao PRINCIPAL é AVISO ao AGENTE. Chamadas telefônicas não são aceitas. Notícias para o agente são notícias para o principal, notícias para o principal são notícias para o agente. A ignorância na lei real, a lei universal não é uma desculpa. Servido via e-mail do local internacional 1-204.

Ilhabela-SP de de 2022
Eliane Del Arco Pereira da Silva.Todos os direitos reservados sem prejuízo UCC 1-308 – UCC 1-103



interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios: (Redação dada pela Lei nº 9.008, de 21.3.1995):
I - reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo; superendividamento como forma de evitar a exclusão social do consumidor. (Incluído pela Lei nº 14.181, de 2021) .

3. Como todo e qualquer serviço público, o fornecimento de água está sujeito a cinco requisitos básicos: a) eficiência; b) generalidade; c) cortesia; d) modicidade e finalmente e) permanência.

_ A permanência, principalmente no que diz respeito aos serviços públicos essenciais, está ainda sedimentada no artigo 22 "caput - in fine" do Código de Defesa do Consumidor:

(Art. 22: Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quando essenciais, contínuos)

_ de 48 (quarenta e oito) horas, a suspensão provisória, pelo prazo de 15 (quinze) dias, do exercício da profissão ou atividade do infrator.

4. DOS CRIMES CONTRA A SAÚDE PÚBLICA - Capítulo III (Epidemia)_ Art. 267 - Causar epidemia, mediante a propagação de germes patogênicos: Pena - reclusão, de cinco a quinze anos Pena - reclusão, de dez a quinze anos. (Redação dada pela Lei nº 8.072, de 25.7.1990) § 1º - Se do fato resulta morte, a pena é aplicada em dobro.

5. Por essas sumárias razões; de fato, não se pode negar que é ilegal o corte de fornecimento de água por falta de pagamento, com o dano moral decorrente.:

O uso injustificado ou abusivo dos poderes reconhecidos na referida lei orgânica produzirá responsabilidade criminal, como violação dos direitos e liberdades reconhecidos por lei.

Art. 10. São considerados serviços ou atividades essenciais:

I - tratamento e abastecimento de água; produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis; VI - captação e tratamento de esgoto e lixo;

_ Art. 11. Nos serviços ou atividades essenciais, os sindicatos, os empregadores e os trabalhadores ficam obrigados, de comum acordo, a garantir, durante a greve, a prestação dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

Parágrafo único. São necessidades inadiáveis da comunidade aquelas que, não atendidas, coloquem em perigo iminente a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população.

Não são aceitas visitas domiciliares. Chamadas telefônicas não são aceitas. AVISO ao AGENTE é AVISO ao PRINCIPAL. AVISO ao PRINCIPAL é AVISO ao AGENTE. Chamadas telefônicas não são aceitas. Notícias para o agente são notícias para o principal, notícias para o principal são notícias para o agente. A ignorância na lei real, a lei universal não é uma desculpa. Servido via e-mail do local internacional 1-204.

Ilhabela-SP de de 2022
Eliane Del Arco Pereira da Silva. Todos os direitos reservados sem prejuízo UCC 1-308 – UCC 1-103



. O fornecimento de serviços água encanada em áreas urbanas, é considerado serviço público essencial, assim definido pela Lei 7.783 de 28.6.89. assim O Fornecedor, poderá responder por Dano Moral e material.)

DOS FEITOS:

1. O endereço de fornecimento de água a qual Wendel Nunes Gonçalves, dito Encarregado Comercial Administrativo da SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, Endereço Rua Espírito Santo, Gleba 1, numero 97, Barra Velha ,Cep 11630-000_Ilhabela/SP; e todos os funcionários da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo CNPJ:43.776.517/0001/80 e; funcionários da empresa POLÊMICA SERVIÇOS BÁSICOS LTDA.(Telefone: 12 97405-2302) que ameaçam suspender o fornecimento de água por falta de pagamento **é o lugar onde eu ,mulher viva ,moro! é meu lar e o lar do meu clã. É também a nossa propriedade e está Gravado no Livro de Atas da Sala de Registros da Common Law Court Internacional (veja doc Extrato da Declaração ref:0 TD/22/814020)**

2. Eu Eliane também sou percebida pelo nome Eliane Del Arco Pereira da Silva, sou uma mulher viva, e uma mulher viva não pode fazer contrato com uma CORPORAÇÃO. e Ciente de que já reclamei a por meu nome fictício portanto, Eu Eliane sou o Agente Autorizado do nome Comercial ELIANE DEL ARCO PEREIRA DA SILVA, Código referência: FN/21/809558 .Eu sou a Agente autorizada do nome fictício/Comercial " ELIANE DEL ARCO PEREIRA DA SILVA", mas este não sou eu, eu não respondo por "este", não me representa.E, como Agente autorizada, não dei o meu consentimento para voces usarem; e ou, administrarem.este nome fictício/ Comercial, ELIANE DEL ARCO PEREIRA DA SILVA

3. Imagine: "Colocam um nome com Letras Maiúsculas num papel , pegam suas digitais e insistem em dizer que este é o fulano, porque as tuas digitais são estas que estão aí no papel". Essas não são minhas digitais, porque as minhas digitais, estão aqui na ponta dos meus dedos - a qual eu uso para minha exclusiva autografia quando o conteúdo digitado ou escrito no papel é de minha autoria, ou quando dou o meu Consentimento Informado com todos os direitos reservados, e sem prejuízo ucc 1-308 - Ora! "As LETRAS MAIÚSCULAS, ELIANE DEL ARCO PEREIRA DA SILVA, por exemplo, foi uma ficção jurídica criada por um trust Corporativo sem Conhecimento da criança; hoje,mulher viva,declarada Ref: BC/21809132 na Common Law Court Internacional _ Isto, porquêa Corporação só pode fazer contrato com o Comércio, com outra Corporação, ou com um Ser Artificial/Fictício (NOME COM LETRAS MAIÚSCULAS; TÍTULO; FICÇÃO JURÍDICA).

4.Wendel Gonçalves Nunes, disse ser o Agente Principal ,Encarregado Comercial Administrativo da SABESP. Ele já recebeu duas Notificações de Eliane Del Arco Pereira da Silva e uma Advertência, em resposta à SABESP -empresa à qual ele disse Representar!-(Veja Anexo e-Mails Certificados desta Ação Notificação ref: Doc Protocolo ref: edaps/01-04022022).Logo, eu, mulher viva percebida como Eliane Del Arco Pereira da Silva e idem sonans , não pretendo em ter que me estender aqui à tal Notificação ref: edaps/01-04022022, e sim ressaltar e lembrar que: "A única ação consentida pelo respondente é o ajuizamento e cancelamento do débito reclamado e de todos aqueles em seus escritórios, registros, arquivos, et similia à ficção jurídica ELIANE DEL'ARCO PEREIRA DA SILVA , é hoje nula e anulado a contar 28 dias (já se passaram 12 dias do dia 03/02/2022). Neste Documento Notificação Protocolo ref: edaps/01-04022022 -que Wendel recebeu , consta uma Tabela com as Despesas de administração: E e foi dito que as despesas de administração para cada fatura não resolvida são adicionais. FOLHA A - CONTAS DE DÉBITO FIXO :

_* Tome Nota!:O respondente fica notificado que qualquer violação a meu ser tem remedy sob minhas condições .O estado está em dívida comigo por seu agir em desonra administrando os meus

Não são aceitas visitas domiciliares. Chamadas telefônicas não são aceitas. AVISO ao AGENTE é AVISO ao PRINCIPAL. AVISO ao PRINCIPAL é AVISO ao AGENTE. Chamadas telefônicas não são aceitas. Notícias para o agente são notícias para o principal, notícias para o principal são notícias para o agente. A ignorância na lei real, a lei universal não é uma desculpa. Servido via e-mail do local internacional 1-204.

Ilhabela-SP de de 2022
Eliane Del Arco Pereira da Silva.Todos os direitos reservados sem prejuízo UCC 1-308 – UCC 1-103



dados, que devem estar resguardado sem prejuízo; o homem vivo também guarda o autógrafo! Usando e perpetuando todo e qualquer sistema monetário privado, planejando, cobrando sistemas de reforço do sistema escravista a favor e contra o Um Povo *. * O Pessoas são definidas no UCC #2012079290,1.000 onças por Calendário dia.

_ Mesmo após confirmar o recebimento do e-mail, Wendel Gonçalves Nunes esteve no portão da minha casa, dizendo que estava na companhia de um encanador para fazer uma vistoria na casa para Segundo ele," saber se tinha vazamento". Sendo que eu já havia pago um técnico encanador e já havia sanado o vazamento do cano na área externa da casa e ele foi informado, inclusive informei sobre isto na notificação que ele recebeu .

- A Minha casa, é minha privacidade, não tenho nenhum contrato/nenhum vínculo /nenhum Consentimento informado com esta empresa SABESP e, nem tão pouco com o Wendel - encarregado da Sabesp -e nem o Ser que Wendel disse ser encanador e que o acompanhava "em meu portão"; são estranhos para mim, não costumo abrir a porta da minha casa para pessoas estranhas, principalmente quando estou sozinha - E "Este Ser" Wendel ,respondeu me que viu a notificação que lhe enviei , mas que ele não era obrigado a ler minha notificação, e em desacato à minha integridade e sanidade, quiz conduzir me a cometer um "irterditum" ,me dizendo para "procurar por advogado" e que eu era "incapacitada de falar com a SABESP"., e com o Tom de voz alterado."(tenho este episódio gravado em vídeo e áudio para minha proteção)

_ Já justificado e Notificado Protocolo ref: edaps/01-04022022 - -sobre a Tabela com as Despesas de administração: lhe foi dito que as despesas de administração para cada fatura não resolvida são adicionais. Desde então, o Respondente Wendel Nunes Gonçalves ,dito Agente Principal, e Encarregado Administrativo Comercial da SABESP, fique a avisado de que: estes

_ Valor de Débitos Referente à FOLHA A - CONTAS DE DÉBITO FIXO, acumulados desde o dia 22 de abril de 2022 (data da notificação) serão adicionados e Somados à Tabela e Termos desta Ação de Aceitação por Valor à contar da data da "2a vistoria" 17/04/2022 descrita na " 2a Via de EXTRATO FATURA Conta Unificada. Protocolo N° 91020741862" -que foi deixada por "algun Ser" em meu portão da casa-.

- Caso o respondente, Wendel Gonçalves Nunes aceite efetuar o pagamento referente ao protocolo da SABESP empresa na qual ele mesmo diz ser o Administrador Comercial ;

código de barras: 826600000309946200970915020741860207463800273039, valor R\$ 3.094,62 e mais os mais os juros se houver, encaminhar o comprovante de quitação, ao meu endereço de correio eletrônico lianetuty21@protonmail.com, o Valor de débitos acumulados Referente à FOLHA A - CONTAS DE DÉBITO FIXO em que foi notificado no dia 22 de abril de 2022(Notificação protocolo edaps/01-04022022) será reajustado com 50% de desconto sob o valor Total e convertido em euros, Enviarei um Remedy com o valor e a fatura.

_ Caso o respondente, opte por Fazer Cessar e Desistir em Suspender o Fornecimento de água na Casa n° 720 da rua dos Carijós, Ilhabela-SP mediante pagamento. Estes Débitos Referente à FOLHA A - CONTAS DE DÉBITO FIXO do dia 22 de abril de 2022(Notificação protocolo edaps/01-04022022) lhe serão perdoados e anulados.

*** Nota:O valor dos Débitos Referente à FOLHA A - CONTAS DE DÉBITO FIXO, são de(1 Onça de prata (XAG) = R\$ 108,34**

Não são aceitas visitas domiciliares. Chamadas telefônicas não são aceitas. AVISO ao AGENTE é AVISO ao PRINCIPAL. AVISO ao PRINCIPAL é AVISO ao AGENTE. Chamadas telefônicas não são aceitas. Notícias para o agente são notícias para o principal, notícias para o principal são notícias para o agente. A ignorância na lei real, a lei universal não é uma desculpa. Servido via e-mail do local internacional 1-204.

Ilhabela-SP de de 2022

Eliane Del Arco Pereira da Silva.Todos os direitos reservados sem prejuízo UCC 1-308 – UCC 1-103



Cotação spot nacional da onça troy da Prata (XAG) hoje.(21/05/2022)

(1 Onça de prata (XAG) = R\$ 108,34

8 mil x 108,34 = x dias =)

(Valores: * onça troy a 99,9% de prata pura.

A prata foi escolhida porque as empresas anteriores que emitiram Valores foram retomadas O pagamento das contas na lista a seguir, que corresponde às seguintes ações ilegítimas listadas, deve ser feito pelo valor equivalente em prata pura a 99,9% na onça tória, nos termos especificados na respectiva fatura.

Quantidade de descrição de voz:

" (1. Qualquer forma de reclamação feita na ausência de um contrato legal e vinculativo entre as partes, 2.000 onças

2. Por ter contratado serviços de terceiros na ausência de um contrato legal e vinculativo entre as partes. 8. Danos ilegítimos reparáveis à propriedade privada do Proponente ou bens instigados ou causado pelo Respondente, 5.000 onças 16 ...)"

5. Eu, Eliane Del Arco Pereira da Silva, mulher viva ref: BC/21/ 809132 e ref: F N/21/809558(veja foto imag credencial CLCI ,codigo QR), moradora neste imóvel, com endereço na Rua dos Carijós, n° 720, CEP 11630-000, Ilhabela-SP, reg n° 030107200010, - imóvel declarado no livro de Notícias da Sala de Declaração da Common Law Court Internacional com a ref: O TD/22/814020(Veja anexo extrato da Declaração de propriedade)-?

.Terei que esperar até que os meus Direitos, inclusos na Declaração Universal dos Direitos Humanos seja aplicado e sejam respeitados?

ACEITAÇÃO CONDICIONAL Considerando o EXTRATO DE DÉBITOS referência n° 9102074186020 do Fornecimento 463800273002, conforme consta o endereço, RUA DOS CARIJÓS 2 GLEBA - 720 - 11630000-BARRA VELHA -ILHABELA - SP, local onde eu, mulher viva, Eliane Del Arco Pereira da Silva moro com base nos fatos e considerações,

A AUTORA, aceita a proposta de cumprimento deste contrato se Direcção da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo CNPJ se a Direcção mostrar-me, qualquer caso e sem exceção, o seguinte :

.Que um Regulamento do Ministério da Saúde, ou protocolo da Empresa SABESP e da POLÊMICA SERVIÇOS BÁSICOS LTDA está acima da Constituição brasileira, e dos Direitos Humanos Universais /Acima de Deus, e que a água não é essencial para que o ser humano não precisa de água para viver e para que possa manter se em atividade.

.Que o fornecimento de serviços água encanada em áreas urbanas, NÃO É considerado um serviço público essencial, (são considerados serviços ou atividades essenciais: (Art. 10) I - tratamento e abastecimento de água; o definido pela Lei 7.783 de 28.6.89.)

. Que o fornecimento de água como todo e qualquer serviço público, NÃO está sujeito a cinco requisitos básicos: a) eficiência; b) generalidade; c) cortesia; d) modicidade e finalmente e) *permanência*.

(A permanência, principalmente no que diz respeito aos serviços públicos essenciais, está sedimentada no artigo 22 "caput - in fine" do Código de Defesa do Consumidor)

. Que os sindicatos, os empregadores e os trabalhadores não são obrigados a garantir serviços

Não são aceitas visitas domiciliares. Chamadas telefônicas não são aceitas. AVISO ao AGENTE é AVISO ao PRINCIPAL. AVISO ao PRINCIPAL é AVISO ao AGENTE. Chamadas telefônicas não são aceitas. Notícias para o agente são notícias para o principal, notícias para o principal são notícias para o agente. A ignorância na lei real, a lei universal não é uma desculpa. Servido via e-mail do local internacional 1-204.

Ilhabela-SP de de 2022

Eliane Del Arco Pereira da Silva. Todos os direitos reservados sem prejuízo UCC 1-308 – UCC 1-103



indispensáveis e inadiáveis das atividades essenciais a prestação dos serviços; indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade. (Art. 11.)

.Que a água não é um o direito fundamental do ser humano : o direito à vida tal qual estipulado no Art 3º da Declaração Universal dos Direitos do Homem em 18 de janeiro de 2007.

" Que o interesse econômico-mercantil pode se sobrepor ao direito humano de se obter água para viver dignamente." (6º parágrafo Art. 2º Esta Emenda à Constituição)

.Que ir contra a saúde pública, não é Crime. como por exemplo suspender o fornecimento de água sob coação de pagamento.

.Que existe um Vínculo de contrato comercial de Eliane Del Arco Pereira da Silva, mulher viva BC/21809132 com Empresa SABESP COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO; ou com a empresa POLÊMICA SERVIÇOS BÁSICOS LTDA Ou, se a Common Law Court Internacional @, autorizou, ao funcionário ou Diretório da Empresa SABESP COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO; ou da, empresa POLÊMICA SERVIÇOS BÁSICOS LTDA para administrar ,ou fazer uso da sua propriedade comercial :ELIANE DEL ARCO PEREIRA DA SILVA, FN/21/809558 todos os direitos reservados .

Eliane Del Arco Pereira Da Silva, informa a Direção da empresa SABESP e da empresa POLÊMICA SERVIÇOS BÁSICOS LTDA.que dispõem de um prazo de 15 dias corridos, contados a partir do recebimento desta, para apresentar lhe os factos solicitados por meio da documentação correspondente custando o nome e sobrenome do funcionário que responder, acompanhado por uma Declaração sob juramento sob pena de perjúrio e responsabilidade ilimitada.

Durante estes 15 dias, para evitar que Eu, Eliane Del Arco Pereira da Silva meu seu clã como também seus animais doméstico domésticos sofra algum dano físico ou psicológico por suspensão de fornecimento de água , sugiro que a resposta seja o mais rápido possível.

Caso a referida documentação devidamente justificada não seja fornecida na forma exigida, ou a não resposta a esta notificação, será tacitamente aceite pela Direção da Empresa SABESP e pela Direção da Empresa POLÊMICA SERVIÇOS BÁSICOS LTDA., por aquiescência silenciosa, de que não existe a obrigação de cumprimento ao referido protocolo de N° 9102074186020 para pagamento de débitos mediante o fornecimento contínuo de água; e portanto, a Direção da empresa SABESP e da empresa POLÊMICA SERVIÇOS BÁSICOS LTDA.renunciará a qualquer ação contra a moradora da casa (e seu clã)pelo fato de rechaçar o Contrato/protocolo N° 9102074186020 com esta Corporação que insiste em utilizar um Sistema de Banco e Governo que já foram embargados por evitar o risco de ser conduzida a cometer crime de fraude ou delito de qualquer outra Natureza.,e, por reclamar seus direitos Naturais e Universais à vida.

Caso a documentação exigida não seja fornecida e a Direção da empresa SABESP e da empresa POLÊMICA SERVIÇOS BÁSICOS LTDA tente impor alguma das regras referente ao protocolo.N° 9102074186020, e ao fornecimento fornecimento de agua n°463800273002, ou fornecimento de água para a casa no endereço onde mora Rua dos Carijós 720, Ilhabela-SP 11630-000 ;a Autora, Eliane Del Arco Pereira da Silva, ref: BC/21/809132;e FN/21/809558, poderá exercer ações penais pertinentes contra os funcionários que omitir ou sonegar o disposto neste documento E, portanto, estaria em violação com vários artigos do código penal e provavelmente alguns outros regulamentos que lhe serão comunicados na altura, para os quais serão aplicadas as taxas descritas abaixo:

Não são aceitas visitas domiciliares. Chamadas telefônicas não são aceitas. AVISO ao AGENTE é AVISO ao PRINCIPAL. AVISO ao PRINCIPAL é AVISO ao AGENTE. Chamadas telefônicas não são aceitas. Notícias para o agente são notícias para o principal, notícias para o principal são notícias para o agente. A ignorância na lei real, a lei universal não é uma desculpa. Servido via e-mail do local internacional 1-204.

Ilhabela-SP de de 2022
Eliane Del Arco Pereira da Silva.Todos os direitos reservados sem prejuízo UCC 1-308 – UCC 1-103



Por dia(Cotação spot nacional da onça troy da Prata (XAG) hoje 21/05/2022

1 Onça de prata (XAG) = R\$ 108,34 x... dias)

(Na ausência de um contrato vinculativo legítimo, este documento denota uma oferta contratual de boa fé de termos e condições entre as partes o qual, ao ser aceito, formará um contrato vinculativo legítimo entre as partes.)

Termos e Condições. Veja a tabela A para as obrigações contratuais que são adquiridas ao aceitar estes Termos.

Caso a documentação exigida não seja fornecida pela Direção da Empresa SABESP COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO; e a empresa POLÊMICA SERVIÇOS BÁSICOS LTDA tentar impor alguma das regras do protocolo, N° 9102074186020 Referente ao fornecimento de água n° 463800273002 poderá exercer as ações penais pertinentes contra os funcionários que omitiram o disposto neste documento e, portanto, estaria em violação. com vários artigos do código penal e provavelmente alguns outros regulamentos que lhe serão comunicados na altura.

É dever do Respondente Wendel Nunes Gonçalves Encarregado Comercial Administrativo - SABESP informar e aconselhar todos os seus colegas que atuam por ou em nome do Respondente.

Método de Aceitação :

Um contrato juridicamente vinculativo entra-se com conhecimento quando o respondente ou qualquer de seus agentes realizam ou realizam qualquer uma das ações listadas na tabela A. agir é aceitar.

Termos de Aceitação :

A aceitação é com o consentimento do respondente para o seguinte:

1. De acordo com todos os Termos e condições estipulados aqui dentro;
2. Aceitação sem reservas dos encargos pagáveis estipulados na tabela A;
3. O respondente irrevogável e incondicionalmente renuncia todos e cada um dos direitos de objeção imunidades ou defesas.

Resposta Suficiente Verificada

Devido à seriedade deste assunto, apenas uma resposta que preencha os seguintes critérios se qualifica como uma resposta Suficiente Verificada. Uma resposta deve:

1. **ser uma documentação com bases, Autoridade valor e refutação de cada ponto com especificidade e particularidade devidamente registrada verificada e Juramentada**
2. **exibir delegação de autoridade assinada pelo respondente se a resposta vier de outro**
3. **use palavras definidas em dicionários comuns (exemplo. Webster's ou Oxford)**

Não entraremos em conversas telefônicas. Um fax e uma versão digital digitalizada deste documento serão legitimamente tomadas como original.

Método de Rechaço

Não se considera entrar em contrato quando o respondente não faz ou toma alguma das ações listadas na tabela A. Não ação, não contrato.

Tabela A Moeda: *Onça Troy de 99,9% prata pura.

A prata foi selecionada porque as antigas corporações que emitiam moeda foram canceladas. Taxas de cobrança: Taxas de cobrança de qualquer fatura não paga são adicionais.:

Cargos Artigo Descripción * Taxa en onças de Prata)

Não são aceitas visitas domiciliares. Chamadas telefônicas não são aceitas. AVISO ao AGENTE é AVISO ao PRINCIPAL. AVISO ao PRINCIPAL é AVISO ao AGENTE. Chamadas telefônicas não são aceitas. Notícias para o agente são notícias para o principal, notícias para o principal são notícias para o agente. A ignorância na lei real, a lei universal não é uma desculpa. Servido via e-mail do local internacional 1-204.

Ilhabela-SP de de 2022

Eliane Del Arco Pereira da Silva. Todos os direitos reservados sem prejuízo UCC 1-308 – UCC 1-103



1. Qualquer reclamação ou cobrança ausente de um contrato

vinculativo entre as partes 2.000 onças.

2. Impor ativo ou tentar impor qualquer instrumento anteriormente emitido 2,000 oz. Instituição encerrada

3. Fazer cumprir ou tentar fazer cumprir um veredicto de um tribunal 5,000 oz. Envolver qualquer serviço de 3 partes na ausência de um contrato juridicamente vinculativo 10,000 oz. entre as partes; 4. Violação de Privacidade que inclui, mas não se limita a todas e quaisquer formas de 500 * oz. notificação ou carta dirigida a qualquer pessoa que não seja o Proponente no endereço de resposta indicado em cada apresentação

4. Ameaça ilegal física ou não física, incluindo mas não limitada a uma ameaça de perseguição, 4,000 * oz. detenção, lesão corporal ou ação legal

5. Dano físico ilegal, incluindo mas não limitado a sujeição da Autora ou infligir dano 10,000 * oz. corporal .1 0,000* oz. corporal.

6. Danos irreparáveis ilegais à propriedade privada ou propriedade da Autora instigados por ou 5,000 * oz. causados pelo respondente

7. Destruição ilegal da propriedade privada ou propriedade da Autora, incluindo mas não 10,000 * oz. limitado a danos irreparáveis Reivindicação ilícita de propriedade dos bens ou da propriedade privada do Proponente que 5,000 * oz. inclui mas não se limita à venda ou leilão

8. Ação contra outro, que não faz parte destes Termos e Condições, na ausência de um 1,000 * oz. contrato juridicamente vinculativo entre as partes, causando danos a Autora, incluindo mas não limitado a danos de energia apreciável da Autora

9. Cada dia que uma reivindicação é feita contra a propriedade privada ou propriedade do Proponente, 500 * oz. por dia de calendário vinculativo incluindo mas não se limitando a registrar uma hipoteca, na ausência de um contrato legalmente .

10. Confiscar a propriedade privada ou propriedade do Proponente como garantia para o pagamento de 1,000 * oz. qualquer reclamação na ausência de um contrato juridicamente vinculativo entre as partes por dia de calendário

11. Cada dia que uma reivindicação é feita contra a propriedade privada ou propriedade da Autora, 500 * oz.

12. incluindo mas não se limitando a registrar uma hipoteca, na ausência de um contrato legalmente vinculativo por dia..Prisão ou detenção ilegal por dia de calendário ou parte dele. 1.000 onças.por día calendario

(Na época em que construí minha casa há 30 anos atrás, Não existia ainda o fornecimento e abastecimento de água da SABESP na minha rua, e, eu e meu clã, tínhamos água em abundância do Poço Artesanal - infelizmente fecharam para servir à seus "propósitos públicos")
E durante anos não havia tratamento de esgoto, os resíduos eram despejados diretamente no mar

13. Operar ou perpetuar qualquer e todos os sistemas monetários privados, 1,000 * oz. a emissão, 14. Os sistemas jurídicos de Aplicação, operar sistemas de escravidão, b e em por dia calendário contra as pessoas*. * Pessoas como definido na UCC 2012079290

***Nota:** Sem um contrato juridicamente vinculativo no lugar, qualquer taxa, encargo ou fatura de imposto em uma base incremental que inclui, mas não se limita a conter qualquer componente de interesse, será tratado como uma incidência distinta. As unidades de incremento determinarão o número de incidências faturadas.

Outras Tarifas (em Euro) :Tabela de taxas ref: edaps/001/ 0305221 :

1-taxa de uso de energia (1 hora) gasta: 15.000 €

2-taxa pelo uso do nome COMERCIAL sem consentimento ELIANE DEL ARCO PEREIRA DA SILVA e /ou do COMERCIAL LUIZA DEL ARCO: 15.000€

as domiciliares. Chamadas telefônicas não são aceitas. AVISO ao AGENTE é AVISO ao PRINCIPAL. AVISO ao PRINCIPAL. Chamadas telefônicas não são aceitas. Notícias para o agente são notícias para o principal, notícias para o principal gente. A ignorância na lei real, a lei universal não é uma desculpa. Servido via e-mail do local internacional 1-204.

de 2022

Eliane Del Arco Pereira da Silva.Todos os direitos reservados sem prejuízo UCC 1-308 – UCC 1-103



3-taxa por e-mail recebido (energia gasta para ler o e-mail): 15.000 €
4-taxa por chamada telefônica (energia gasta, destruição da vida cotidiana): 15.000 €
5-taxa de ameaça: 220.000
6-taxa para alarme, estresse causado: 220.000 €
7-Taxa de coerção e extorsão criminal: 500.000 €
8-Taxa de tortura (mental e física): 750.000 €
9-Taxa de fraude: 750.000 €

Responsabilidades do Respondente

É dever e responsabilidade do Respondente prover prova de sua alegação na forma de resposta Suficiente e Verificada de um contrato legítimo vinculativo, Presumido ou alegado que existe entre as duas partes. Além disso, qualquer suposto contrato você deve possuir todos os elementos de um contrato legitimamente vinculativo, incluindo, mas não limitado a, oferta, aceitação, verdadeira e confiável Declaração dos fatos, intenção e consideração, e que esses elementos tenham sido com conhecimento, com vontade e intencionalmente revelados ao Proponente. 50.000€ mais detalhes, e aguardando sua resposta, receba uma cordial saudação

Ilhabela-SP, a 22 maio de 2022..

Todos os direitos reservados, sem prejuízo

Testemunhas

Nome e referência: autógrafiaa

1.

2.

Sem prejuízo WOP Ucc1-308
Eiane BC/21809132 e FN/21/809558



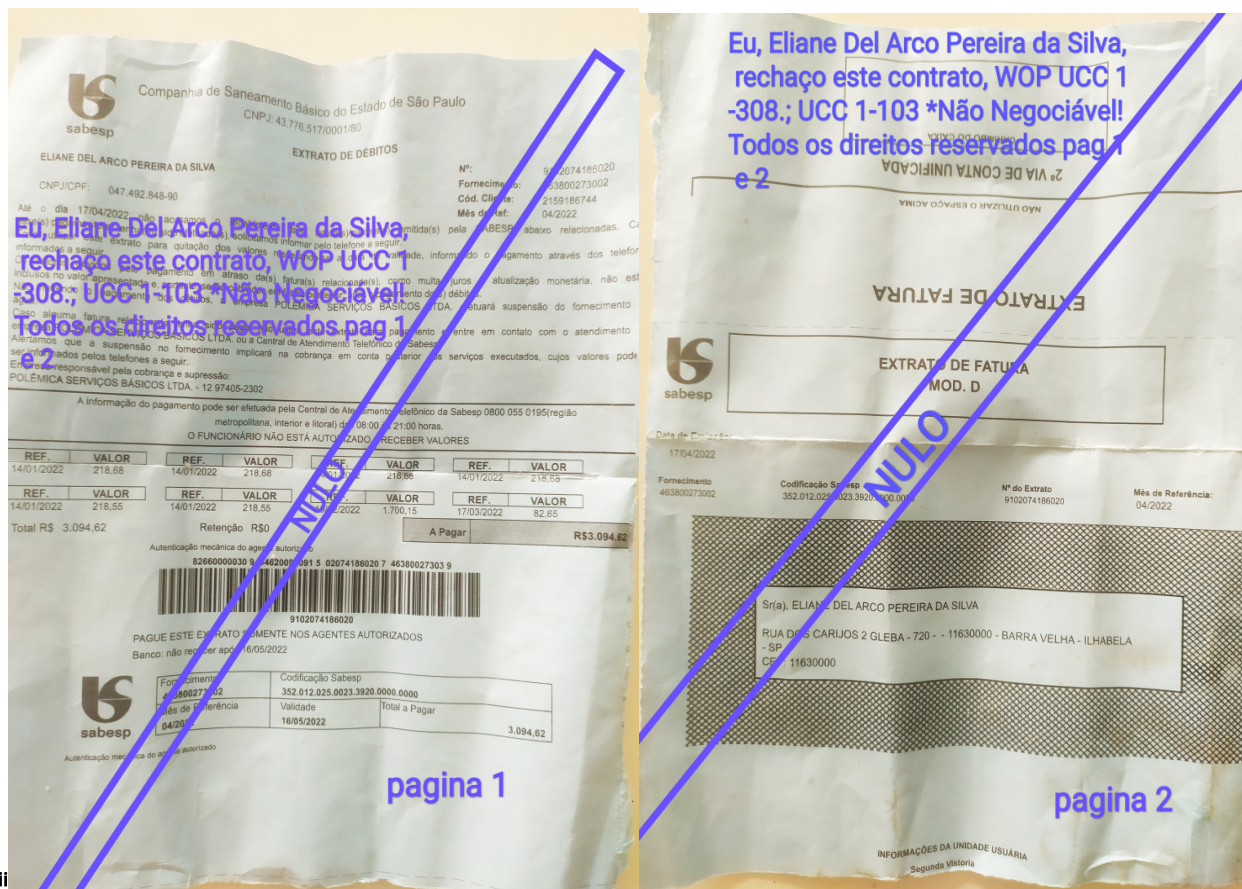
Todos os direitos reservados sem prejuízo UCC 1-103

Não são aceitas visitas domiciliares. Chamadas telefônicas não são aceitas. AVISO ao AGENTE é AVISO ao PRINCIPAL. AVISO ao PRINCIPAL é AVISO ao AGENTE. Chamadas telefônicas não são aceitas. Notícias para o agente são notícias para o principal, notícias para o principal são notícias para o agente. A ignorância na lei real, a lei universal não é uma desculpa. Servido via e-mail do local internacional 1-204.

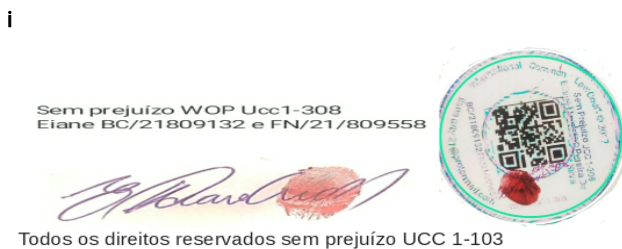
Ilhabela-SP de de 2022

Eliane Del Arco Pereira da Silva. Todos os direitos reservados sem prejuízo UCC 1-308 – UCC 1-103





Eu, Eliane Del Arco Pereira da Silva, rechaço este contrato, WOP UCC 1-308.; UCC 1-103 *Não Negociável! Todos os direitos reservados pag 1 e 2



Não são aceitas visitas domiciliares. Chamadas telefônicas não são aceitas. AVISO ao AGENTE é AVISO ao PRINCIPAL. AVISO ao PRINCIPAL é AVISO ao AGENTE. Chamadas telefônicas não são aceitas. Notícias para o agente são notícias para o principal, notícias para o principal são notícias para o agente. A ignorância na lei real, a lei universal não é uma desculpa. Servido via e-mail do local internacional 1-204.

**Ilhabela-SP de de 2022
Eliane Del Arco Pereira da Silva. Todos os direitos reservados sem prejuízo UCC 1-308 – UCC 1-103**

